Jorge Teixeira

Gestão da Saúde no Trabalho

PCMSO

da Microempresa à Indústria 5.0



Atheneu

Gestão da Saúde no Trabalho

PCMSO

da Microempresa à Indústria 5.0



www.atheneu.com.br

(21) 99165-6758 Facebook.com/editoraatheneu Twitter.com/editoraatheneu Youtube.com/atheneueditora

Gestão da Saúde no Trabalho

PCMSO

da Microempresa à Indústria 5.0

Prof. Dr. Jorge Luiz Ramos Teixeira

Médico pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestre em Educação, Pós-Graduado em Ergonomia pela COPPE/UFRJ. Médico com Título de Especialista em Medicina do Trabalho pela AMB/ANAMT e Título de Especialista em Medicina de Tráfego pela AMB/ABRAMET. Antigo Médico do Trabalho da Petrobrás e Membro do Departamento de Saúde do Trabalhador da UERJ.

Atividades correlatas à Medicina do Trabalho: Superintendente de Saúde Ocupacional do Estado do Rio de Janeiro (1999-2001); Superintendente de Administração e Recursos Humanos da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro (2002-2003); Assessor Especial da Presidência da Fundacentro (2010-2013); Diretor da Fundacentro do Rio de Janeiro (2013-2015); Membro da Comissão Tripartite Paritária Permanente – CTPP do Ministério do Trabalho (2010-2015); Participação no Grupo de Trabalho (GT) da Revisão da NR-35 (Trabalho em Altura); Diretor-Presidente do Instituto Nacional de Pós-Graduação – INQUALIT; Responsável por diversos cursos de capacitação na área de Medicina do Trabalho da ANAMT - dentre eles o curso "REVISAÇO"
para a Prova de Título de Especialista em Medicina do Trabalho.

Atheneu

Rio de Janeiro • São Paulo

2025

EDITORA ATHENEU

São Paulo — Rua Maria Paula, 123, 13º andar – Conjuntos 133 e 134
Tel.: (11) 2858-8750
E-mail: atheneu@atheneu.com.br

Rio de Janeiro — Rua Bambina, 74 – Loja A e B
Tel.: (21) 3094-1295
E-mail: atheneu@atheneu.com.br

Pré-produção e Produção gráfica: Equipe Atheneu
Design gráfico e editoração: Priscila Vieira Cardoso
Copydesk e Revisão: Priscila Vieira Cardoso e Milton Pereira
Capa: Fransuá de Lima

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

T266g

Teixeira, Jorge Luiz Ramos
Gestão da saúde no trabalho : PCMSO da microempresa à indústria 5.0 / Jorge Luiz Ramos Teixeira. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Atheneu, 2025.
24 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-85-388-1170-1

1. Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. 2. Medicina do trabalho - Brasil. 3. Promoção da saúde dos empregados - Brasil. 4. Doenças profissionais - Brasil - Prevenção. I. Título.

CDD: 616.98030981
25-98748.0 CDU: 331.47:614(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

16/06/2025 18/06/2025

© Direitos reservados à Editora ATHENEU – Rio de Janeiro, São Paulo, 2025.

Dedicatória

Por amor, pela dedicação e paciência,
à minha mulher Bruna Nora.

“Respeite quem pôde chegar onde a gente chegou”.
(samba Moleque Atrevido, de Jorge Aragão).

Agradecimentos

Aos trabalhadores, que sempre estiveram no percurso da minha trajetória de médico do trabalho.

Às empresas que, através de seus dirigentes, entenderam os meus apelos por um ambiente de trabalho decente.

Aos colegas, aos meus professores, alunos e ex-alunos.

Ao Dr. Paulo Rzezinski, Diretor Médico da Editora Atheneu, por sempre promover a literatura médica nacional e o autor brasileiro.

Prefácio

Fiquei honrado e surpreso com o convite do amigo e doutor Jorge Teixeira para prefaciar seu livro “Gestão da Saúde no Trabalho – PCMSO da Microempresa à Indústria 5.0”. Acredito que aconteceu pelo fato de o autor ter trabalhado como assessor da Presidência no Centro Técnico Nacional da Fundacentro, em São Paulo, quando à época ocupei o cargo de Diretor Técnico da Instituição (2008-2012) e, também, por ter sido, em oportunidade anterior, o Secretário de Segurança e Saúde no Trabalho do Ministério do Trabalho no período em que foram publicadas as Portarias de reformulação das Normas Regulamentadoras nº 7, 9, 13 e 18.

Naquela ocasião, ao assumir o cargo como titular da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho (SSST), procuramos dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos na gestão anterior, tendo como referência o Relatório de Gestão elaborado pela Dra. Raquel Maria Rigotto. Entre os vários trabalhos, existia a proposta de novas disposições para as NR-6 e NR-7, abrangendo o gerenciamento de programas voltados para a prevenção das doenças relacionadas ao trabalho.

O novo texto para a NR-6 procurava ampliá-la, na exigência de implantação pelas empresas de medidas de controle coletivas, prioritariamente aos EPIs, estabelecendo um Programa de Proteção a Riscos Ambientais, que contemplava um plano de gestão com o reconhecimento, a avaliação e medidas para o controle das situações de risco no trabalho, incluindo aquelas que levam ao adoecimento dos trabalhadores. A partir daí, foi constituído um Grupo Técnico de Trabalho (GTT), com a participação de profissionais de referência nas áreas de Higiene Ocupacional e de Medicina do Trabalho, coordenado pela Engenheira Maria Margarida Teixeira Moreira Lima, da Fundacentro/DF, que apresentou a proposta do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) para ser normatizado pela NR-9 e implantado em todas as empresas que tivessem trabalhadores como empregados, independentemente de seu tamanho ou atividade.

Com relação à NR-7, outro Grupo Técnico de Trabalho (GTT) foi constituído com a participação de profissionais das, então, Delegacias Regionais do Trabalho (DRT), Fundacentro, Universidade e do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) de empresas, coordenado pelo Dr. Fernando de Carvalho Sobrinho, da SSST, para ser articulado com a NR-9 e que propunha o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

Os dois programas propostos deveriam fazer a antecipação e o reconhecimento dos riscos para o planejamento de suas ações. Enquanto o PPRA tratava da realização de avaliações ambientais e medidas para o controle do ambiente de trabalho, o PCMSO previa a realização dos exames de saúde para o diagnóstico e medidas de prevenção ao risco, sendo ambos os programas para garantir a proteção do trabalhador.

Os resultados dos trabalhos dos GTT foram publicados no Diário Oficial da União para que todo e qualquer interessado se pronunciasse, inclusive apresentando propostas de modificações ou acréscimos.

Após a sistematização dos trabalhos e a análise da Consultoria Jurídica do Ministério do Trabalho foram publicadas duas Portarias.

A Portaria nº 24, de 29 de dezembro de 1994 (D.O.U. de 30/12/94, Seção 1, págs. 21.278 e 21.280), que estabeleceu a obrigatoriedade de elaboração e implementação por parte de todos os empregadores e instituições que admitissem trabalhadores como empregados, do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores, e a Portaria nº 25, de 29 dezembro de 1994 (D.O.U. de 30/12/94, Seção 1, págs. 21.280 a 21.282, Republicada em 15/12/95, Seção 1, págs. 1.987 a 1.989), que estabeleceu a obrigatoriedade da elaboração e implementação, por parte de todos os empregadores e instituições que admitissem trabalhadores como empregados, do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, visando à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, por meio de antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência de riscos ambientais existentes ou que viessem a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

A partir da publicação da Portaria nº 6.730, de 9 de março de 2020 (D.O.U. de 12/03/2020, Edição 49, Seção 1, pág. 17), foi aprovada a nova redação da NR-1 – Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, que estabelece agora a obrigatoriedade de se implementar um Programa de Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (PGR) por estabelecimento, abrangendo todos os riscos ocupacionais. Esse programa pode ser desdobrado em subprogramas.

É importante ressaltar que essa norma desobriga a elaborar e manter o PPRA, mas não impede que a empresa mantenha um Programa de Higiene Ocupacional. O glossário da referida norma peca em não apresentar os conceitos de plano, programa e projeto.

A Portaria MTE/SIT nº 428, de 27 de maio de 2014 (D.O.U. de 28/05/2014, Seção 1), disponibilizou para consulta pública o texto técnico básico proposto para a "Nova Norma Regulamentadora nº 1" (Prevenção em Segurança e Saúde no Trabalho). Em sua proposta de Glossário e Definições se encontravam conceitos fundamentais para o gerenciamento dos fatores de risco ocupacionais, a saber:

Plano: Nível mais elevado de planejamento operacional de longo prazo, contendo princípios, diretrizes de caráter geral e estratégias para tomada de decisões e ações.

Nota 1: Inclui orientações de cunho maior como missão, objetivos gerais, estratégias gerenciadoras, alocação de recursos e políticas institucionais.

Nota 2: Usualmente agrupa diversos programas e seus respectivos projetos e ações, buscando atingir os objetivos estratégicos da organização.

Programa: Planejamento específico que inclui projetos, objetivos, metas concretas, abrangência e responsabilidades. Trata-se de instrumento operativo que ordena, vincula cronológica, espacial e tecnicamente as atividades e os recursos necessários para alcançar, setorialmente, num determinado tempo, metas e objetivos.

Projeto: Empreendimento claramente planejado e delimitado pelos seus objetivos, suas atividades, sua abrangência temporal e financeira, constituindo o nível mais específico e detalhado dos planos e programas. Sistematiza e estabelece o traçado prévio a uma operação ou atividade específica.

Atualmente, ainda é escassa a literatura técnica nacional relacionada ao PCMSO (NR-7). Por essa razão, o valor da publicação que aqui se apresenta está em abordar os indicadores de importância para um programa de controle médico e de saúde ocupacional, considerando o mesmo como um instrumento da gestão no contexto amplo da prevenção na empresa, fazendo uma articulação com as Normas gerais (NR 1, 9 e 17), setoriais (NR 18, 22, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 37 e 38) e especiais (NR 5, 10, 11, 20, 33 e 35).

Destacamos como essenciais para o entendimento da gestão dos riscos nos ambientes de trabalho os textos aqui presentes relacionados às Convenções da OIT, aos artigos da CLT, da Constituição Federal de 1988, os referentes ao controle da exposição ao benzeno, álcool e drogas e também o Capítulo 4, que inova ao abordar a avaliação dos riscos psicossociais.

No momento atual, com mudanças climáticas em todo o planeta, com a presença da inteligência artificial, com a complexidade dos processos e atividades, é de se esperar que a médio e longo prazos se poderá ter um aumento na ocorrência de doenças psicossomáticas e do estresse, e de novos perigos e riscos por novos agentes (nanomateriais e agentes biológicos, por exemplo).

O PCMSO deve acompanhar as novas tecnologias e inovações gerenciais e tecnológicas e ser auditado e atualizado periodicamente, num processo de melhoria contínua. Nesse sentido, a publicação aparece em momento particularmente especial, merecendo ocupar seu lugar na biblioteca de todos os estudiosos voltados para a proteção e prevenção em saúde ocupacional.

Engº Jófilo Moreira Lima Júnior
Consultor em Segurança e Saúde no Trabalho

Palavras do Editor

Gestão de Saúde no Trabalho - PCMSO da Microempresa à Indústria 5.0 repercute os mais de 30 anos da extraordinária experiência do autor no planejamento, gestão, desenvolvimento e auditoria do PCMSO(Programa de Controle Médico da Saúde Ocupacional).

Grande vazio é apontado na literatura teórico-conceitual nacional com a sua vertente prática, já que contribui para o planejamento e gestão de políticas, programas e ações de saúde e segurança do trabalhador.

O PCMSO apresenta, na prática, múltiplas e pleomorfas áreas de atuação. Destacamos:

- Normas reguladoras – verdadeiro protocolo de medidas cautelares e preventivas à doença cujo agressor é o trabalho desnaturado.
- Execução de projetos – amplia os horizontes de gestão do PCMSO e os desafios dos relatórios analíticos. Exigem rigor, disciplina e metodologia. Etapa por etapa das observações e princípios até a síntese e conclusões finais.
- Intercessão dessas mesmas conclusões com os aspectos jurídicos e legais.
- E, por fim, consolida as normas que servirão de base para reta maneira da solicitação dos exames complementares, tendo sempre em mente o ato de valorizar os múltiplos cenários do PCMSO.

Todo esse acervo encontra-se generosa e didaticamente disponibilizado para a comunidade da Medicina do Trabalho.

Chama atenção a abrangência de seus leitores: médicos do trabalho, peritos do trabalho, residentes em medicina do trabalho, engenheiros do trabalho e administradores de empresas, particularmente, os de Recursos Humanos e outros interessados.

Festeja-se, assim, a publicação desta obra, a qual atenderá às necessidades básicas do PCMSO e do coletivo dos médicos de trabalho.

Dr. Paulo Rzezinski
Diretor-Médico
Editora Atheneu

Apresentação

Em meio a desafios e com grande satisfação, ofereço o presente livro, fruto de um esforço conjunto com especialistas em Medicina do Trabalho, colegas, alunos, ex-alunos e membros de instituições que se destacam na elaboração de estudos na área de Segurança e Saúde no Trabalho. Foi dada ênfase na elaboração de estudos no controle médico de saúde ocupacional em linhas de pesquisa que se referem à construção de um perfil nacional de aplicação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), a análise crítica à estimativa de custos dos agravos à saúde, das doenças e acidentes de trabalho e à integração das bases de dados e dos sistemas de informação relacionados, em algum grau, aos aspectos do planejamento e administração da Política de Saúde das Organizações em múltiplos cenários no País.

O que torna este livro especial é reunir não apenas todo o arcabouço relativo aos aspectos da Norma Regulamentadora nº 7, mas também toda a informação necessária ao entendimento de como se dá a política de saúde da Organização integrada à segurança e ao meio ambiente. Não há saúde na Organização sem o Sistema Integrado de SMS. Muito ainda necessita ser feito para o alcance da condução da política de saúde das organizações e a integração com outros sistemas de gestão, em particular com o Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, conforme a Norma ISO 45001.

A pesquisa colheu dados e informações do trabalho de especialistas com longa vivência na área na elaboração dos capítulos, o que possibilitou a grata surpresa de estampar nas páginas do livro relatos detalhados, só possíveis aos mais íntimos com os temas tratados.

A pretensão com esta publicação é disponibilizar ao público afeito à área de SST, aos estudantes de pós-graduação que venham a se formar e atuar na área, e aos médicos especialistas em Medicina do Trabalho, informações relevantes que, espero, frutifiquem para o aprimoramento da Gestão da Saúde no Trabalho, no PCMSO da Microempresa à Indústria 5.0 e na aplicação da Norma ISO 45001 como um diferencial que vai além das Normas: eis aí a “harmonia” imaginária deste livro. Através destas palavras, saúdo Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos, que na sua obra “Saúde – Trabalho – Direito – Uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória”, descreve a “justiça injusta” no campo da saúde do trabalhador. E, só para contrariar, fui buscar para este livro uma frase atribuída a Raul Seixas: “ A justiça que você procura é a sua força de achá-la”.

A forma como se deu a construção do trabalho, em dezesseis capítulos, é um processo inacabado com indagações e incertezas científicas no campo da medicina do trabalho.

Estou buscando críticas e contribuições, pois sei que só assim vou aprimorar o caminho para ir além das Normas Regulamentadoras.

Boa leitura

Introdução

Este livro é resultado de quase três décadas de experiência vividas pelo autor no planejamento, na gestão, no desenvolvimento e em auditorias no Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Em termos operacionais, a linha do trabalho foi iniciada em 2001 com a publicação do primeiro ensaio envolvendo o tema: o livro “Teoria e Prática do PCMSO”.

A tarefa como Assessor Especial da Presidência da Fundacentro e a participação na Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) no Ministério do Trabalho acabou apontando para a necessidade de aprofundar o estudo que, por sua vez, levou à publicação, em 2016, do livro “PCMSO – Planejamento e Gestão do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional” (Editora Atheneu), com mais de três mil exemplares vendidos, estando, agora, em 3ª edição.

A par dos arranjos e alterações nas Normas Regulamentadoras, em particular a NR-7, postos como pré-requisitos à execução de projetos que ampliam a gestão do PCMSO e os Desafios do Relatório Analítico, há que se destacar, por ora, a realização de um aprofundamento dos aspectos legais dos Capítulos da NR-7 e a melhor maneira de solicitação de exames complementares dentro dos múltiplos cenários do PCMSO na prática.

Antes, porém, da apresentação dos capítulos que compõem este livro, registra-se a sua inserção contributiva no cenário atual, quando o País busca formular e implementar uma política econômica pós-pandemia, visando, sobretudo, “a promoção da saúde e a melhoria da qualidade de vida, a prevenção de acidentes e danos à saúde advindos ou relacionados ao trabalho ou que ocorram no curso deste”, preconizando, nesta direção, “a eliminação ou redução dos riscos nos ambientes de trabalho”.

No momento em que escrevo a introdução deste livro ocorre a décima sétima Conferência Nacional de Saúde em Brasília, buscando maior valorização do SUS e da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), e cabe a pergunta: Quais os desafios e oportunidades do Brasil de hoje com a elaboração de um PCMSO?

É oportuno destacar que, em 2022, ocorreram 613.422 acidentes de trabalho, incluindo as doenças relacionadas ao trabalho. Os infortúnios ocorreram em diversas áreas, provocando a morte de 2.523 pessoas. Portanto, os desafios são múltiplos.

Em trabalho conjunto do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e da Fundacentro, há uma observação pontual e importante no contexto do livro “Gestão da Saúde no Trabalho – PCMSO da Microempresa à Indústria 5.0”: por falta de unanimidade e, sobretudo, em respeito às colocações originais de diversos profissionais e técnicos de instituições, mantêm-se aqui as expressões Segurança e Saúde no/do Trabalho e Saúde e Segurança do/no Trabalho, não propriamente como sinônimos, mas tal como destacadas nos capítulos deste livro. O mesmo vale para Acidente de/do Trabalho.

Divisões da obra:

- ✓ A primeira parte do livro tenta mostrar os aspectos da modernidade envolvendo a Política de Saúde integrada à Segurança e ao Meio Ambiente; a Política de Saúde e a integração com outros Sistemas de Gestão (com destaque para o SGSSO/Norma ISO 45001), o Planejamento e a Administração da Política de Saúde da Organização e o PCMSO e a Norma ISO 45001 – "Um Diferencial que vai Além das NR".
- ✓ A segunda parte apresenta os aspectos legais do PCMSO e um minucioso comentário da NR-7.
- ✓ A terceira parte envolve um fato novo, introduzido recentemente na Norma Regulamentadora nº 1 e, consequentemente, impactando no PCMSO (NR-7). Mostra, dentro do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, a identificação e avaliação da Gestão dos Riscos Psicossociais.
- ✓ A quarta parte traz o futuro, com a aplicação da Norma ISO 45001 nas empresas, como um diferencial que vai além das Normas Regulamentadoras, e uma análise detalhada dos Anexos da NR-7, servindo de balizamento para a estrutura do PCMSO.
- ✓ A quinta parte é uma oportuna revisão de como o médico do trabalho, através dos exames ocupacionais, pode proceder à investigação das relações saúde-trabalho e o estabelecimento, se for o caso, do nexo causal da doença com o trabalho e, consequentemente, as ações decorrentes. Destaca-se também a metodologia para o reconhecimento e a avaliação de riscos ocupacionais, não apenas como uma tarefa da engenharia de segurança, porém, acima de tudo, com a força da presença do Médico Responsável pelo PCMSO no "chão de fábrica".
- ✓ Na sexta parte do livro o leitor encontrará os desafios e oportunidades para o Brasil de hoje e o papel do PCMSO.
- ✓ A sétima parte versa sobre especificações de diretrizes e ações que devem ser evidenciadas no planejamento e na gestão do Programa, bem como uma demonstração prática de como deve ser elaborado o PCMSO da Microempresa à Indústria 5.0. É um retrato da Medicina do Trabalho de hoje na direção do futuro, sem perder de vista os aspectos legais e a clínica médica aplicada à Medicina do Trabalho.
- ✓ A oitava e última parte da obra visa deixar o Médico Responsável pelo Programa, o consultor de saúde das empresas, com o cuidado necessário em três aspectos bem atuais:
  - Inclusão: Revela uma visão completa da relação do PCMSO com o trabalhador pessoa com deficiência (PcD).
  - Ética Médica: Uma demonstração clara de que sem ética não há qualidade no PCMSO.
  - Recomendações, Diretrizes e Sugestões da entidade máxima do Médico do Trabalho – a ANAMT.

Finalizando, o leitor é convidado a buscar, através do livro, um novo PCMSO: "Além da NR-7".

Jorge Teixeira

Rio de janeiro, inverno de 2025.

Sumário

Parte 1 Planejamento e Administração da Política de Saúde da Organização e o PCMSO - Um Diferencial que vai além das NR

1 Gestão da Saúde no Trabalho, *1*

Parte 2 Aspectos Legais do PCMSO e o Comentário de Cada Item da NR-7

2 Norma Regulamentadora nº 7 Comentada: "É preciso entender o PCMSO", *15*

Parte 3 O Gerenciamento de Riscos Ocupacionais, incluindo a Gestão dos Riscos Psicossociais Relacionados ao Trabalho

3 Gerenciamento de Riscos Ocupacionais e a Grade de Exames Complementares do PCMSO, *149*

4 Gerenciamento de Riscos Ocupacionais e a Identificação e Avaliação dos Riscos Psicossociais Relacionados ao Trabalho, *163*

Parte 4 O Futuro do PCMSO e a Aplicação da Norma ISO 45001, Incluindo uma Análise Detalhada dos Anexos da NR-7

5 O PCMSO e a Norma ISO 45001: "Um diferencial que vai além das NR", *203*

6 Análise dos Anexos da NR-7/PCMSO, *215*

Parte 5 Metodologia para Reconhecimento e Avaliação dos Riscos Ocupacionais – A Presença do Médico Responsável pelo PCMSO no Chão de Fábrica

7 A Investigação das Relações Saúde-Trabalho e o Estabelecimento do Nexo Causal da Doença com o Trabalho e as Ações Decorrentes, *245*

8 Metodologia para Reconhecimento e Avaliação de Riscos, *277*

Parte 6 Desafios e Oportunidades no Brasil de Hoje e o Papel do PCMSO

9 Desafios e Oportunidades para o Brasil de Hoje, para o Planejamento e a Gestão do PCMSO, *295*

Parte 7 Cenários da Elaboração do PCMSO da Microempresa à Indústria 5.0 - Aspectos Legais e a Clínica Médica Aplicada à Medicina do Trabalho

10 Diretrizes e Ações para Planejamento e Gestão do PCMSO, *309*

11 Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – da Microempresa à Empresa 5.0, *405*

12 PCMSO e Documentos Legais, *449*

13 Exame Médico Ocupacional e a Clínica Médica Aplicada à Medicina do Trabalho, *455*

Parte 8 O Envolvimento do PCMSO com a Inclusão da Pessoa com Deficiência, com a Ética Médica e com as Diretrizes e Sugestões da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT)

14 PCMSO e a Pessoa com Deficiência, *463*

15 Ética Médica e a Medicina do Trabalho – Recomendações, Diretrizes e Sugestões da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (ANAMT) para o Médico do Trabalho, *487*

16 PCMSO "Além da NR-7", *525*

Índice Remissivo, *537*